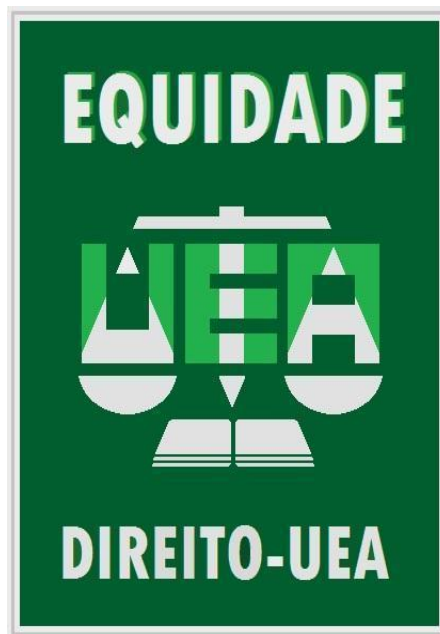


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho **Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação**

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito Ambiental

Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Prof^ª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Prof^ª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Prof^ª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Prof^ª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Prof^ª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Prof^ª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Universidade do Estado do Amazonas

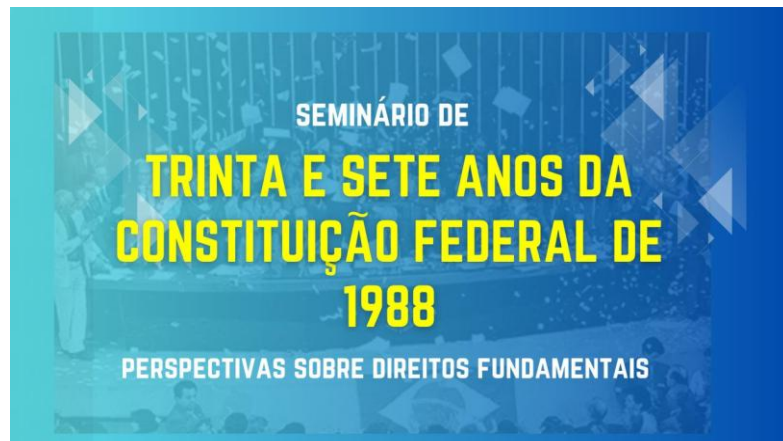
Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

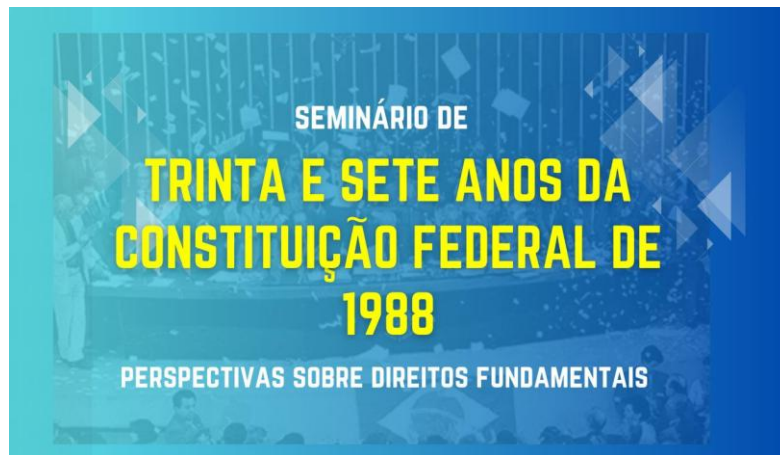


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

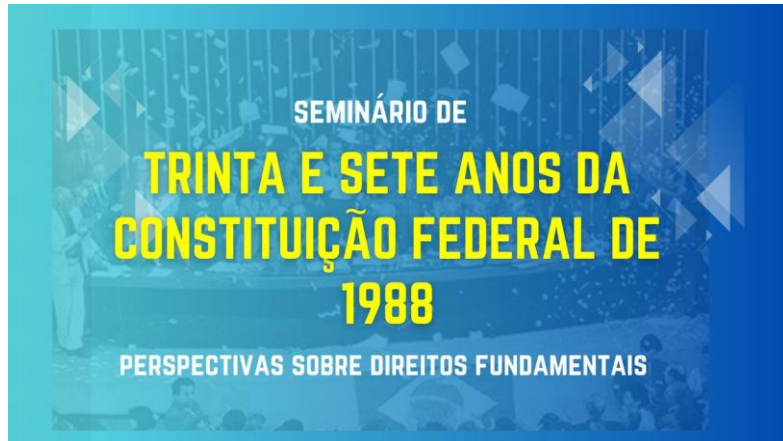
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÕES DE
VULNERABILIDADE**

*THE ROLE OF THE MILITARY POLICE IN PROTECTING THE
FUNDAMENTAL RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES IN SITUATIONS OF
VULNERABILITY*

**Hamilton Gomes de Santana Neto¹
Francisco Jose Abel da Silva²
Elson Pereira dos Santos³
Denison Melo de Aguiar⁴
Neuton Alves de Lima⁵
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁶**

1. INTRODUÇÃO

¹ - Doutorando em Direito (Fadisp); Mestre em Direito (UFAM). E-mail: hgsneto1994@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4373365414837392>.

² - Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: pm.abel@hotmail.com. Lattes:

³ - Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ellson9595pereira@gmail.com.

⁴ - Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁵ - Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁶ - Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A proteção dos direitos fundamentais de pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade constitui um dos maiores desafios para a segurança pública contemporânea. A atuação da Polícia Militar, enquanto instituição responsável pela preservação da ordem pública e pela garantia da cidadania, deve ser compreendida à luz dos princípios constitucionais e das normas de inclusão social que asseguram a dignidade humana (Mendonça, 2017).

Nesse sentido, o debate sobre a abordagem policial voltada às pessoas com deficiência emerge como tema de grande relevância acadêmica e social, tendo em vista que a inclusão dessas pessoas no âmbito da segurança pública ainda enfrenta entraves e lacunas que necessitam ser superados (Mendonça, 2017).

O ingresso de pessoas com deficiência nos quadros da Polícia Militar é outro aspecto que suscita debates. Estudos recentes mostram que a seleção em concursos públicos ainda apresenta barreiras significativas, o que revela a necessidade de uma mudança cultural e normativa capaz de assegurar efetivamente o princípio da isonomia. Assim, a admissibilidade de candidatos com deficiência, quando respeitada, pode contribuir para uma instituição mais diversa, democrática e alinhada com as demandas sociais contemporâneas (Fernandes; Fernandes, 2024).

Assim, a presente pesquisa busca analisar o papel da Polícia Militar sob a ótica da proteção de direitos fundamentais em situações de vulnerabilidade, propondo reflexões que possam contribuir para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma segurança pública mais inclusiva.

2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, uma vez que a proteção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade ainda constitui um desafio para a segurança pública no Brasil.

A Polícia Militar, como instituição responsável pela preservação da ordem e pela garantia da cidadania, desempenha papel central nesse processo, mas enfrenta limitações de ordem estrutural, normativa e formativa.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Com isso, a literatura revisada demonstra que ainda há lacunas na capacitação dos policiais para lidar com demandas específicas da população com deficiência, o que pode resultar em abordagens inadequadas e na perpetuação de desigualdades.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender o papel da Polícia Militar na proteção dos direitos fundamentais de pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade, identificando avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento institucional.

3.2 Objetivos específicos

- Descrever o arcabouço normativo e institucional que orienta a atuação da Polícia Militar frente às pessoas com deficiência;
- Analisar experiências e protocolos de abordagem policial direcionados a esse público em diferentes contextos;
- Verificar as principais dificuldades enfrentadas pelos policiais militares no atendimento de pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade; e
- Propor reflexões e recomendações que possam contribuir para a formação e a prática policial inclusiva.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Problema: De que forma a Polícia Militar atua na proteção dos direitos fundamentais de pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade e quais são os desafios enfrentados nessa atuação?

Hipótese: A atuação da Polícia Militar ainda apresenta lacunas relacionadas à capacitação dos agentes e à ausência de protocolos específicos, o que compromete a efetividade da proteção de pessoas com deficiência em situações de vulnerabilidade.

5. METODOLOGIA

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise documental de artigos científicos, TCCs, dissertações e legislações pertinentes. Foram utilizados instrumentos como análise crítica da literatura e comparação entre diferentes experiências institucionais.

A população-alvo são produções acadêmicas e normativas sobre segurança pública e pessoas com deficiência, sem aplicação de amostra empírica. Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo, buscando identificar categorias temáticas relacionadas ao papel da Polícia Militar na proteção de direitos fundamentais.

6. RESULTADOS

Os resultados evidenciam que, embora haja avanços normativos como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a prática policial ainda enfrenta dificuldades significativas, sobretudo pela falta de preparo técnico e pela escassez de protocolos inclusivos. Foram identificadas experiências pontuais de adequação, como iniciativas de formação e protocolos específicos, mas estas não se encontram uniformizadas em âmbito nacional.

Assim, o estudo demonstra a necessidade de aprimoramento das políticas institucionais e da capacitação continuada dos policiais militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Polícia Militar possui papel essencial na proteção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, porém sua atuação ainda é limitada por fatores estruturais e formativos. Os objetivos propostos foram atendidos, ao evidenciar tanto os avanços quanto os desafios existentes.

Como perspectiva futura, recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas específicas, a ampliação de protocolos de abordagem inclusiva e a criação de programas permanentes de capacitação, de modo a consolidar uma segurança pública verdadeiramente cidadã e inclusiva.

REFERÊNCIAS:

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000 (prioridade e acessibilidade). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Protocolo para abordagem e revista da população em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com ênfase para segmentos específicos (crianças, idosos, PcD, mulheres). Brasília: MD, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/protocoloa_para_abordagem.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça (SENASP). Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública. Brasília: MJ/Senasp, 2014. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2320/1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Cartilha orienta polícias na abordagem a grupos em situação de vulnerabilidade (inclui pessoas com deficiência). Brasília: MJSP, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/cartilha-orienta-policias-na-abordagem-a-grupos-em-situacao-de-vulnerabilidade-1>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. MJSP investe na formação de profissionais para o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo (diretrizes de uso da força alinhadas à Matriz Curricular e a garantias de direitos). Brasília: MJSP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-investe-na-formacao-de-profissionais-para-o-uso-de-instrumentos-de-menor-potencial-ofensivo>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: cartilha. Brasília: MJ/Senasp, 2010. Disponível em: https://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/atuacao-policial-frente-a-grupos-vulneraveis. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública; SENASP. Atuação policial frente a grupos vulneráveis (curso EaD). Brasília: Rede EaD SENASP, 2019 (últ. modificação em

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

04 jul. 2024). Disponível em: https://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/atuacao-policial-frente-a-grupos-vulneraveis. Acesso em: 19 set. 2025.

FEDERIZZI, R. F. *Reinserção de policiais militares deficientes físicos*. Revista Científica da PMERJ, v. 3, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/44>. Acesso em: 19 set. 2025.

FERNANDES, Ricardo Nascimento & FERNANDES, Ana Paula Gouveia Leite. *Admissão da pessoa com deficiência na carreira policial militar*. Revista Observatório da Economia Latinoamericana, v.22, n.1, p.1010-1032, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377483284_Admissao_da_pessoa_com_deficiencia_na_carreira_policial_militar. Acesso em: 19 set. 2025.

LOPES, E.M.C.; LEITE, L.P. *Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares*. Psicologia: Ciência e Profissão, EMC et al., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tpLRh3mRCPGGSJzZdMhFkjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

MENDONÇA, Thiago Frederico. *Abordagem policial a pessoas com deficiência*. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) — UNIPAC, 2017. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/129550/THIAGO-FREDERICO-MENDONCA-ABORDAGEM-POLICIAL-A-PESSOAS-COM-DEFICIENCIA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

OJEDA, AB Oliveira. *Deficiência e Defesa: uma discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência*. ESG Repositório, 2023. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1859>. Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, (autoria coletiva). *Protocolo de abordagem policial a pessoas surdas na Polícia Militar do Paraná: garantia de direitos e inclusão na segurança*. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/395084479_Protocolo_de_abordagem_policial_a_pessoas_surdas_na_Policia_Militar_do_Parana_garantia_de_direitos_e_inclusao_na_Seguranca. Acesso em: 19 set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar; Direitos Fundamentais; Pessoas com Deficiência; Vulnerabilidade; Inclusão Social.

KEY WORDS: Military police; Fundamental Rights; People with Disabilities; Vulnerability; Social inclusion.